

Os desafios da formação do arquivista no Brasil

por Renato Tarciso Barbosa de Sousa
(renasou@unb.br)

professor adjunto do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

Este texto tem como objetivo propor uma discussão sobre o ensino e a pesquisa em Arquivologia e a formação dos arquivistas no Brasil. Desde a autorização dada, em 1972, pelo então Conselho Federal de Educação, às universidades brasileiras de poderem organizar programas de graduação em Arquivologia, a definição, em 1974, do currículo mínimo do curso e a criação, em 1977, do primeiro curso de graduação na Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), percebemos uma profunda modificação nas bases que sustentaram o ensino e a pesquisa em Arquivologia no país.

Vários elementos entraram em cena e têm provocado um avanço nos projetos político-pedagógicos dos cursos e, principalmente, na construção do conhecimento arquivístico no Brasil: as diretrizes curriculares, a sensível melhora na qualificação dos professores, a crescente percepção da sociedade sobre a importância do tratamento da informação e a banalização dos meios tecnológicos.

É possível, então, constatar que o produto do que-fazer arquivístico passou de simples relatos de experiência para projetos de pesquisa inseridos em programas de pós-graduação e envolvidos em financiamentos de agências financiadoras, com propostas metodológicas e discussões conceituais. Entendemos essa passagem como uma contribuição fundamental dos cursos de graduação em Arquivologia. Trata-se, portanto, de um movimento que ao mesmo tempo em que altera as bases da construção do conhecimento arquivístico, exige um repensar das bases do ensino e da pesquisa. O avanço das pesquisas na área tem como produto a elaboração de um novo ou, pelo menos, de uma forma diferente de arcabouço de sustentação do ensino.

Procurar-se-á discutir, então, em que medida os resultados adquiridos com as pesquisas têm influenciado o ensino da Arquivologia no Brasil e, paralelamente, a busca

de soluções dos problemas arquivísticos nas organizações contemporâneas. Pretende-se entender o momento de articulação entre os dois elementos: ensino e pesquisa.

Estamos vivendo um bom momento na Arquivística no Brasil, talvez um dos melhores, e tenho nove motivos para sustentar esse otimismo.

1 – há uma qualificação crescente dos profissionais de arquivo – Podemos afirmar que já temos um exército de egressos dos cursos de graduação em Arquivologia. Atualmente, contamos com dez cursos superiores, sete deles concentrados nas regiões sul e sudeste. Sete pertencem a instituições federais e três a instituições estaduais. Podemos afirmar, então, que há uma distribuição desigual pelo território nacional. As regiões Norte e Nordeste estão, praticamente, sem oferta de arquivista para atender a demanda desse tipo de profissional.

Poderíamos pensar no uso da educação a distância para formar profissionais nas regiões onde não existem cursos presenciais. Trata-se de uma operação extremamente complexa, apesar de possuímos tecnologia para isso. Entretanto, não consigo imaginar uma alternativa como essa fora de um consórcio entre as atuais escolas de Arquivologia no Brasil. Há experiências em curso que poderiam servir como modelo: caso específico do ensino de Biologia.

2 – a demanda por esse tipo de profissional é crescente. Nos últimos anos vários concursos públicos foram realizados e muitos dos aprovados já estão em pleno exercício da profissão. Lembro de um concurso realizado pelo Governo do Distrito Federal que contratou cerca de trinta arquivistas. E o Arquivo Nacional acabou de realizar também um processo seletivo;

3 - Temos um quadro docente mais numeroso, mais diversificado, mais qualificado e com uma maior produção científica, apesar de apresentarmos ainda problemas de canais de discussão e de divulgação dos trabalhos produzidos na área e de uma convivência e um relacionamento mais próximo e constante, que possibilite até a existência de projetos comuns.

4 – os eventos estão ocorrendo com maior frequência. Desde 2004 foram realizados quatro grandes congressos;

5 – a mudança da natureza dos trabalhos apresentados nos eventos da área – É possível constatar, por meio de vários indicadores, que a produção na área passou de simples relatos de experiência para projetos de pesquisa inseridos em programas de pós-graduação e

envolvidos em financiamentos de agências de fomento, com propostas metodológicas e discussões conceituais.

Cabe aqui uma discussão sobre os relatos de experiência. Eles são fundamentais e devem ter um espaço reservado nos eventos e publicações científicas, mas se não há uma verticalização na análise dessas experiências, essas informações são perdidas e não colaboram para a construção do conhecimento, deixando que as práticas sejam dominadas pelo empirismo e pelo senso comum, isto é, uma Arquivística espontânea, onde a prática alimenta a própria prática. Os nossos colegas portugueses chegam a falar que nossa área é dominada por um empirismo eclético direcionado à integração das novidades tecnológicas no velho quadro da prática funcional de classificação, ordenação, representação descritiva e difusão de informação escrita. Há, inclusive, uma tendência a duvidar da possibilidade de se encontrarem bases científicas para o saber arquivístico.

6 – o Arquivo Nacional conseguiu, após um grande esforço, expandir seu espaço físico;

7 - há uma crescente produção editorial, facilitada pela reativação de publicações periódicas e pela criação de novos canais de divulgação, como as revistas eletrônicas. E aqui vale a pena registrar o esforço feito pela Associação dos Arquivistas de São Paulo na publicação de trabalhos sobre temas importantes para a área;

8 – um aumento significativo de pesquisas - É possível verificar uma maior produção científica advinda, basicamente, das universidades, resultado das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação e nos projetos de iniciação científica. Esta última situação foi percebida por Maria Odila (2005), que em recente trabalho apontou um aumento regular, a partir de 1992, na produção de teses e dissertações com temática arquivística.

A criação dos cursos de graduação talvez seja o grande marco definidor dos rumos da pesquisa em Arquivística no País. Isso propiciou a emergência de uma “cultura de pesquisa” na área. De fato, a pesquisa é uma atividade que necessita não apenas de “dinheiro e cérebros”, mas “exige também uma cultura, uma ambiência e um meio que favoreça ao máximo seu resplendor”.

Defendemos, portanto, que a criação dos cursos de Arquivologia teve uma participação fundamental nessa transformação.

9 – há claros avanços na situação arquivística do país – Uso como exemplo um tema que tenho trabalhado nesses últimos anos: a classificação de documentos e informações de

arquivo. Em 1989, o Arquivo Nacional realizou um grande trabalho de pesquisa sobre a situação dos arquivos dos órgãos públicos federais sediados em Brasília e no Rio de Janeiro, que deu origem ao Cadastro Nacional de Arquivos Federais, publicado em 1990. Nos resultados obtidos com essa pesquisa constatou-se que apenas 13% dos órgãos sediados no Rio de Janeiro e 27% em Brasília tinham planos de classificação.

Em 2005 iniciei uma pesquisa, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, e que contou com a participação de três alunos do Curso de Arquivologia da UnB, para saber qual era o nível de utilização do Código de Classificação de Documentos de Arquivo: atividade-meio, que foi elaborado pela Câmara Técnica de Classificação, do Conselho Nacional de Arquivos, e que se transformou na Resolução nº 4, de 1996. O universo da pesquisa foi os 23 ministérios instalados em Brasília. Conseguimos coletar informações em 22 deles.

Constatamos que todos os responsáveis pelas unidades de arquivo desses ministérios tinham conhecimento sobre o instrumento e que 14, isto é, 64% dos órgãos utilizavam o Código de Classificação.

Quanto às dificuldades em aplicar o código, a maioria (86%) afirmou possuir dúvidas na aplicação, enquanto que somente 14% não tiveram dificuldade em utilizar o instrumento.

Perguntados se o código reflete as atividades-meio desenvolvidas atualmente, 37% responderam negativamente e justificaram que o código está desatualizado, há rotinas extintas e atividades novas não contempladas.

Sobre a existência do Código de Classificação de Documentos para a Atividade-Fim, 71%, dos 14 ministérios que aplicam o código atividade-meio, declararam possuir.

A partir desses dados, podemos afirmar que, apesar de trabalharem com universos diferentes, houve, sem dúvida nenhuma, uma melhoria significativa. Entretanto, aponta, também, para uma dificuldade no entendimento do código de classificação e a necessidade de atualização desse instrumento.

Não podemos deixar de mencionar um dado importante que a pesquisa revelou. Os dois ministérios que apresentaram a melhor situação arquivística tinham alguns elementos em comum: profissionais especializados, isto é, arquivistas; uma infraestrutura material; conhecimento técnico-científico; um gerenciamento adequado de todos

esses recursos e uma política institucional de tratamento dos arquivos expressa em normas e procedimentos.

Esses nove elementos indicam que temos plenas condições de avançar nas políticas públicas de arquivo no Brasil, mas precisamos criar uma estratégia de envolver todos os atores na formulação, implementação e avaliação dessas políticas. E, nesse sentido, proponho que as universidades participem desse grande esforço e desse enorme desafio.

Como elas podem contribuir? Com pesquisas. Podemos pensar em estabelecer linhas de pesquisa para fundamentar as soluções para os problemas comuns identificados nos vários diagnósticos da situação arquivística brasileira. Dessa forma, faz parte de uma política pública definir áreas prioritárias de pesquisa e alocar recursos para isso.

Há muito trabalho a ser feito e muitos vazios que poderiam ser preenchidos com o concurso das universidades. Imagino, por exemplo, uma pesquisa que consiga estabelecer planos de classificação e tabelas de temporalidade referenciais para categorias de organizações. Será que, por exemplo, não podíamos trabalhar com a idéia de um plano de classificação e de uma tabela de temporalidade referenciais para as universidades federais, pois do ponto de vista de missão, funções e atividades elas são semelhantes, são regidas pelas mesmas leis e normas e, portanto, as tipologias documentais que surgem dessa cadeia também o são.

É dentro desse contexto que gostaria de tecer algumas considerações os desafios da formação de arquivista no Brasil. Lembro, entretanto, que não tive a pretensão de fazer inferências a partir da sistematização de informações dos dez cursos de graduação em Arquivologia existentes atualmente no Brasil, mas de fazer considerações sobre o tema por meio da minha experiência no Curso de Bacharelado em Arquivologia, da Universidade de Brasília, onde atuo desde 1993.

Desde a autorização dada, em 1972, pelo então Conselho Federal de Educação, às universidades brasileiras de poderem organizar programas de graduação em Arquivologia, a definição, em 1974, do currículo mínimo do curso e a criação, em 1977, do primeiro curso de graduação, percebemos uma profunda modificação nas bases que sustentaram o ensino e a pesquisa em Arquivologia no país. Vários elementos entraram em

cena e têm provocado um avanço nos projetos político-pedagógicos dos cursos e, principalmente, na construção do conhecimento arquivístico no Brasil, podemos citar: as diretrizes curriculares, a sensível melhora na qualificação dos professores, a crescente percepção da sociedade sobre a importância do tratamento da informação e a banalização dos meios tecnológicos.

O fato de todos os cursos serem oferecidos por instituições públicas representa mais um desafio, pois enfrentamos sérios problemas decorrentes da falta de verbas para as universidades, tais como a carência de recursos humanos (docentes e técnico-administrativos), de salas de aula e de laboratórios devidamente equipados, para falar apenas de alguns. Soma-se a isso, um aumento significativo no acesso ao ensino médio, o que pressiona as universidades públicas à oferta de mais vagas.

Podemos afirmar, então, que há uma distribuição desigual pelo território nacional. A região Norte e, em menor escala, a Nordeste estão, praticamente, sem oferta de arquivista para atender a demanda desse tipo de profissional. Em parte, o Curso de Especialização em Organização de Arquivos da Universidade de São Paulo tem suprido essa demanda. É claro que o número de profissionais qualificados é pequeno, pela distância e pelos custos que envolvem a realização desse curso por profissionais originários dessas regiões. A criação de cursos de Arquivologia nesses vazios territoriais esbarra, sem dúvida nenhuma, na pequena quantidade de profissionais qualificados e nas limitações das instituições federais de ensino superior.

Quanto à vinculação acadêmica, sete dos cursos existentes estão diretamente ligados à área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, o que nem sempre significou uma proximidade em termos de conteúdo dos cursos e um diálogo mais verticalizado, o que consideramos desejável.

Os dez cursos oferecem, aproximadamente, 500 vagas/ano. A forma de admissão é o vestibular. A Universidade de Brasília - UnB, entretanto, oferece 20 vagas por ano pelo Programa de Avaliação Seriada - PAS, que avalia os candidatos durante sua trajetória no ensino médio. O Programa de Avaliação Seriada tem sido um sucesso na Universidade de Brasília. E temos percebido, apesar de não haver nenhum estudo na UnB, que a qualidade desses alunos é invejável. Em geral, tiveram uma ótima formação de base, com hábitos de leitura e de discussão, com bom senso crítico e abertos ao conhecimento.

São alunos com 17, 18 anos de idade com pouquíssima ou nenhuma vivência nos ambientes privilegiados de existência do nosso objeto de trabalho, isto é, nas organizações públicas ou privadas. Situação que pode ser resolvida, em parte, pela realização de estágios, que é um outro tema que procurarei abordar mais a frente.

Os cursos somam, aproximadamente, 2.500 alunos regularmente matriculados. Cabe ressaltar a presença significativa do aluno trabalhador, uma vez que boa parte dos cursos funciona no período noturno. Esse aluno trabalhador traz para sala de aula uma experiência interessante em termos de vivência dentro de uma organização pública ou privada, mas por outro lado ele tem grandes limitações para dedicação à universidade e para participar de atividades além das de ensino.

O número de docentes que se dedica às disciplinas específicas de Arquivologia ainda é pequeno. Temos, no total dos cursos, cerca de 60 professores, que, em geral, são especialistas, mestres e agora com uma presença significativa de doutores. Isso dá uma média de menos de sete professores por curso. Há uma relação de, aproximadamente, um professor para cada 33 alunos.

Apesar de alguns cursos estarem em processo de reforma curricular, eles ainda seguem o currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, em 1974, com exceção do curso da Universidade Federal do Espírito Santo que já adotou a flexibilização recomendada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nós da Universidade de Brasília, estamos em processo de discussão da reforma curricular. E temos consciência que “as concepções de ensino de qualquer disciplina derivam dos conceitos e das práticas acumuladas. Para ensinar, é preciso haver o que ensinar, isto é, uma bibliografia, a produção constantemente renovada nos limites da área de conhecimento e, se for o caso, de uma práxis consolidada. Não é difícil ocorrer a defasagem entre o estado da arte de determinado campo e o seu ensino” (LOPES, 1996).

A imagem que me vem à cabeça hoje é que estamos tentando vestir uma roupa concebida nos anos de 1970 e fazendo alguns ajustes para parecer uma roupa do século XXI. Há limites para isso e, creio, que esse limite já chegou.

Tenho a impressão que nossos programas de formação de arquivista em nível superior não estão compatíveis com o estado da arte dessa disciplina do conhecimento humano. É claro que os programas de formação não podem ser tão flexíveis a ponto de

acompanhar *pari passu* o desenvolvimento do conhecimento, há necessidade de certa estabilidade, mas, por outro lado, não podemos deixar permanecer essa grande defasagem existente hoje.

O modelo que fundamentou as matérias contidas no currículo mínimo dos cursos superiores de Arquivologia no Brasil está esgotado. Não temos mais condições de sustentar um programa de formação alicerçado no conceito das Três Idades, que, na verdade, não passa de uma estratégia de intervenção na realidade informacional das organizações. Estamos trabalhando no sentido de inverter essa lógica, partindo das funções arquivísticas para chegarmos às idades documentais.

Não temos, por exemplo, o que já existe em outros cursos, o TCC, isto é, o trabalho de conclusão do curso, que a experiência demonstra ser uma grande motivação para o desenvolvimento de pesquisa nos programas de pós-graduação. Como trazer para a formação de nossos alunos os avanços obtidos na Ciência da Informação, como os estudos relativos a usuários, à classificação, à análise documentária, à terminologia, à tecnologia da informação?

Como é possível trabalharmos com classificação na Arquivística, uma função reconhecidamente matricial de todo que-fazer arquivístico, de forma tão promíscua, utilizando apenas os princípios de proveniência e da ordem original, sem levarmos em conta a Teoria da Classificação, por exemplo.

É possível chegarmos a pensar em um único curso de graduação em Ciência da Informação com habilitações em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia? Estamos dispostos a essa discussão desde que haja um reconhecimento entre os interlocutores, pois só podemos pensar em diálogo quando os interlocutores se reconheçam como tal, e haja, também, respeito às especificidades de cada objeto de trabalho. E o fato da maioria dos cursos de Arquivologia estarem em unidades acadêmicas próximas da Ciência da Informação e da Biblioteconomia facilita esse debate e, inclusive, o motiva.

De alguma forma, a relação entre as três áreas, que não é muito clara na graduação, encontrou um espaço de realização na pós-graduação. Utilizo como justificativa para essa afirmação novamente o trabalho de Maria Odila (2005), que percebeu uma expressiva concentração de teses e dissertações com temática arquivística em programas de pós-graduação na área de ciência da informação.

São questões que precisaremos responder nos próximos anos. O Departamento de Ciência da Informação e Documentação, por uma solicitação do Reitor, abriu uma discussão sobre a criação do Curso de Museologia. Em um primeiro momento, a disposição manifestada pela maioria dos professores do Departamento é favorável a essa criação. Sabemos que há uma carência desse tipo de profissional em Brasília e no entorno da Capital. Há muitos problemas a serem solucionados: problemas de estrutura física, de recursos humanos e, principalmente, no meu entendimento, da relação desse novo curso com os já existentes de Arquivologia e Biblioteconomia.

A aprovação da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional, em 20 de dezembro de 1996, inaugura uma nova etapa para o ensino no país ao abrir caminho para modificações que já vinham sendo apontadas como necessárias nos fóruns de educadores e gestores educacionais.

A proposta central é substituir a lógica dos currículos mínimos por uma concepção mais flexível que possibilite novas formulações curriculares e concepções de ensino-aprendizagem mais dinâmicas, de forma a atender às demandas geradas pela sociedade contemporânea.

Nos documentos divulgados pelo Ministério da Educação, as competências gerais definidas individualmente para a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia são as mesmas e apontam para a formação de um profissional capaz de responder às demandas de seus contemporâneos de forma eficiente, de formular, executar e avaliar políticas, planos e projetos, e de desenvolver e utilizar novas tecnologias.

O que chama a atenção é o fato de que nas competências específicas, apenas a Biblioteconomia incorpora a informação como objeto de trabalho, desconhecendo o termo documento. Já as competências específicas dos cursos de Arquivologia e Museologia reafirmam o documento e o patrimônio como objetos e são omissas com relação ao objeto informação.

Agora que as instituições de ensino estão trabalhando de forma mais autônoma na definição dos conteúdos curriculares e das atividades complementares que compõem os cursos de graduação, acreditamos ser necessário compartilhar opiniões sobre o tema e refletir com maior profundidade sobre o que nos parece ser uma contradição.

Além disso, entendemos que os conteúdos curriculares devem ser pensados de forma a garantir que os cursos de Arquivologia consigam uma identidade comum, a partir de um núcleo básico de conhecimentos constituído pelos 50% de carga horária pré-estabelecida, ao mesmo tempo em que um rol de disciplinas e atividades complementares deverá possibilitar a formação diferenciada de cada aluno.

No entanto, relembando o cenário de instabilidade no qual o ensino público superior insere-se atualmente, é de suma importância que essa flexibilidade resulte em acréscimo de qualidade em todos os cursos e que os saberes externos à universidade, que venham a ser incorporados aos cursos, atendam, efetivamente, à diversidade das demandas sociais e às vocações específicas, e não à falta de condição das universidades em prover seus cursos de conteúdos correlatos, de outros saberes presentes no próprio ambiente acadêmico, também importantes para a formação do profissional humanista que pretendemos formar.

Outra questão fundamental vinculada ao ensino é o lugar que deve assumir a prática e a vinculação que esta deve ter com a teoria. Há uma tendência, inclusive, de se duvidar da possibilidade de encontrarmos bases científicas para o saber arquivístico. Os argumentos incidem sobre o fato de estarmos perante uma prática multissecular que dispensa fundamentação teórica especial. Segundo este ponto de vista, os modelos estão criados e será na experiência, na intuição e no bom senso que se encontrarão as soluções adequadas para enfrentar a realidade.

Gostaria de fazer algumas considerações sobre esses dois aspectos, que considero importantes para o processo de definição do caminho que devemos traçar para formação de profissionais capazes de enfrentar as dificuldades geradas por nosso objeto de estudo e de trabalho.

É consenso para a maioria dos autores da nossa área a importância da prática. Entretanto, a prática, apesar de sua autonomia, não fala por si mesma, isto é, não é diretamente teórica. A busca da compreensão da prática apenas como prática, separada da teoria, leva-nos a certo pragmatismo e distorce o caráter de ação consciente e ação refletida impossibilitando-nos de alcançar a síntese, que é o elemento fundamental do pensamento e o que atribui o caráter de concreticidade. Mas um acento maior na teoria e a separação da prática levam-nos ao estágio da abstração ou contemplação.

A prática evidencia, em seu sentido mais amplo, o caráter de alicerce da teoria na medida em que esta se encontra vinculada às necessidades práticas do homem. As exigências da prática contemporânea constituem uma importante fonte de desenvolvimento da teoria. Isto pode ser observado na própria evolução da teoria arquivística. O Conceito das Três Idades e de Gestão de Documentos, fundamentos da Arquivística contemporânea, foram elaborados a partir de problemas práticos que surgiram com a expansão das atividades do Estado. Assim como acredito que a disseminação das novas tecnologias, enquanto novos suportes documentais e novas possibilidades de acesso à informação, estão exigindo e exigirão novos pressupostos teóricos.

Temos que encontrar o instante de vinculação entre a teoria e a prática. A Arquivística é uma disciplina com finalidade profissional e, por seu turno, ela deve apoiar seus ensinamentos teóricos sob uma experimentação e um contato com a prática.

A prática deve ter um compromisso com a construção do conhecimento. Ela deve estar atrelada aos seguintes aspectos: agir, pensar, refletir, recriar e, sobretudo, inovar. Acreditamos, também, que o sucesso desse processo está na possibilidade de articulação entre teoria e prática, conhecimento e realidade e ensino e pesquisa.

Além das disciplinas em sala de aula, o trabalho pedagógico tem, também, um local privilegiado para os alunos, que é o estágio curricular e o extracurricular.

A formação do aluno de Arquivologia não pode prescindir do aprendizado em situações reais. Neste aspecto, a universidade, mesmo que queira, não conseguirá criar laboratórios para reproduzir esse espaço. Dessa forma, torna-se vital uma relação com outras instituições. Entretanto, as experiências demonstram que há um hiato entre os interesses da universidade e da instituição que proporciona o exercício da profissão.

O estágio deve estar assentado em um tripé: o que-fazer próprio da disciplina; a vivência em um ambiente de trabalho (relações interpessoais, atividades em grupo etc.); a orientação.

Não podemos esquecer que o local de estágio deve proporcionar ao aluno situações onde possam ser desenvolvidas as importantes atividades de classificação, avaliação e descrição. Mas o agir profissional não pode ser reduzido ao processamento técnico próprio da disciplina. Os alunos, em sua formação, precisam vivenciar a prática profissional em toda a sua amplitude.

Dessa forma, o estágio prático é essencial à formação do aluno de Arquivologia. Ele propicia ao aluno um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre o agir profissional e uma visão crítica das relações existentes no mercado de trabalho. O exercício prático, entretanto, deve ser apoiado na orientação enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos.

Outro movimento importante que estamos presenciando e que tem trazido uma grande contribuição é a iniciação científica. E nesse caso, não podemos esquecer do papel fundamental do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), patrocinado pelo CNPq.

O objetivo específico é o de “proporcionar a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa”.

Aqui eu me valho de um trabalho muito rico em informações que foi apresentado no Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado ano passado em Campos do Jordão, pela professora Georgete Medleg Rodrigues e por sua orientanda Angélica Alves da Cunha Marques no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade de Brasília. (RODRIGUES, MARQUES, 2005).

As autoras chamaram a atenção para dois fatores limitantes para um maior número de projetos de iniciação científica:

- 1 - as restrições impostas pela resolução do CNPq que permite a orientação desses projetos apenas aos doutores;
- 2 – o funcionamento dos cursos de Arquivologia no período noturno.

Em pesquisa feita pela professora Georgete Medleg Rodrigues e por Angélica Marques, foi identificado que dos quase 60 professores que atuam nos cursos de graduação em Arquivologia apenas 14 trabalham em programas de pós-graduação, isto é, menos de 25%. (RODRIGUES, MARQUES, 2005).

É possível constatar, por meio de vários indicadores, que a produção na área passou de simples relatos de experiência para projetos de pesquisa inseridos em programas de pós-graduação e envolvidos em financiamentos de agências de fomento, com propostas

metodológicas e discussões conceituais. Defendemos, portanto, que a criação dos cursos de Arquivologia teve uma participação fundamental nessa transformação.

A criação dos cursos de graduação talvez seja o grande marco definidor dos rumos da pesquisa em Arquivística no País. Isso propiciou a emergência de uma “cultura de pesquisa” na área. De fato, a pesquisa é uma atividade que necessita não apenas de “dinheiro e cérebros”, mas “exige também uma cultura, uma ambiência e um meio que favoreça ao máximo seu resplendor”. (RODRIGUES et. al., 2005).

A pesquisa tem a necessidade de que se registrem seus resultados, que sejam transmitidos, difundidos com a ajuda de diferentes meios, tais como revistas especializadas, os congressos, os encontros e o ensino universitário. Quanto a isso, não é por acaso que a produção científica e a sua comunicação é um dos objetos de estudo da Ciência da Informação.

Nesse sentido, torna-se necessário estabelecer canais de difusão do conhecimento. Seja criando um periódico para discussão das experiências desenvolvidas ou eventos, como esse, onde possam ser discutidos, de forma objetiva, os problemas e, principalmente, as soluções encontradas.

Gostaria de dizer, ainda, que sem a pesquisa, a Arquivística está condenada a permanecer como um corpo de práticas e de receitas sem racionalidade científica.

Nós temos que aprender que nos campos da atividade humana, como é o caso da Arquivística, o progresso resulta do desenvolvimento dos conhecimentos e é impossível imaginar esse desenvolvimento sem o aporte da pesquisa.

A mudança do eixo de construção do conhecimento arquivístico tem uma contribuição fundamental dos cursos de graduação em Arquivologia. Trata-se, portanto, de um movimento que ao mesmo tempo em que altera as bases da construção do conhecimento arquivístico, exige um repensar das bases do ensino, da pesquisa e, também, da extensão. O avanço das pesquisas na área tem como produto a elaboração de um novo ou, pelo menos, de uma forma diferente de arcabouço de sustentação do ensino. Precisamos discutir em que medida os resultados adquiridos com as pesquisas e com os projetos de extensão têm influenciado o ensino de Arquivologia no Brasil e, paralelamente, a busca de soluções dos problemas arquivísticos nas organizações contemporâneas. É na articulação

desses três elementos (ensino, pesquisa e extensão) que se encontram as respostas para muitos dos questionamentos feitos nessa comunicação.

Não podemos deixar de esclarecer que o profissional de arquivo é sujeito de toda essa construção. Mas é impossível vencer os grandes desafios impostos pela realidade arquivística nacional a partir de um profissional pragmático, que apenas busca informações para agir na realidade.

Apesar das diretrizes curriculares, a matriz utilizada para a formação de arquivista no Brasil ainda é aquela estabelecida pelo currículo mínimo, que foi preparado dentro de um arcabouço da década de 1970, precisamos superar os limites impostos por essa situação para formar profissionais que compreendam o trâmite dos documentos da fase administrativa até a eliminação ou arquivamento permanente. E afinados com os desafios impostos pelas mudanças implementadas pelas novas tecnologias e com o entendimento de que a atividade arquivística é essencialmente intelectual e não pode ser reduzida a um conjunto de técnicas previamente elaboradas, como receitas. Tudo isso fundamentado nos conhecimentos da própria Arquivística, da Informática, da Diplomática e da História.¹ E mantendo em todos os momentos do trabalho pedagógico a unidade entre a prática e a teoria.

A formação profissional do arquivista deve ter um compromisso com a construção do conhecimento. Ela tem de se desvencilhar da influência positivista, que definiu as coordenadas de nossa cultura e que banuiu a relação entre o saber e os pressupostos da elaboração desse saber. Entendemos que a formação profissional deve estar atrelada aos seguintes aspectos: agir, pensar, refletir, inovar e, sobretudo, recriar. Os verbos mais utilizados nesse paradigma de trabalho pedagógico devem ser: questionar, mudar, procurar, descobrir, inventar, modificar, melhorar, sentir, participar, arriscar e inovar. Acreditamos, também, que o sucesso desse processo está na possibilidade de articulação entre teoria e prática, conhecimento e realidade e ensino e pesquisa.

¹ Cf. LOPES, Luis Carlos. A quadratura do círculo: a Arquivística para o século XXI. **Arquivo & Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, nov. 1994, p.2.

Referências Bibliográficas

- CUNHA, Maria Izabel. **O bom professor e sua prática**. Campinas : Papyrus, 1994.
- FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro : FGV, 2005.
- LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói : EDUFF, 1996.
- LOPES, Luis Carlos. A quadratura do círculo: a Arquivística para o século XXI. **Arquivo & Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, nov. 1994, p.2.
- OLIVEIRA, Eliane Braga, SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O ensino superior de Arquivologia no Brasil. Brasília, s.d.
- Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.unb.br>>. Acesso em: 19 abr. 2006.
- Projetos de extensão da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.unb.br>>. Acesso em: 19 abr. 2006.
- RODRIGUES, Georgete Medleg *et. al.* Ensino e produção do conhecimento arquivístico no Brasil: construção de um novo eixo? . In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6, 2005, Campos do Jordão. **Anais...** Campos do Jordão : ARQSP, 2005.
- RODRIGUES, Georgete Medleg, MARQUES, Angélica Alves da Cunha. A inserção da Arquivística nos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 1, n.1, mar. 2005.
- RODRIGUES, Georgete Medleg, MARQUES, Angélica Alves da Cunha. A iniciação à pesquisa em Arquivística. In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6, 2005, Campos do Jordão. **Anais...** Campos do Jordão : ARQSP, 2005.
- SILVA, Armando Malheiro da *et. al.* **Arquivística**. Teoria e prática de uma ciência da informação. Porto : Afrontamento, 1999.
- SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O papel do estágio na formação profissional do arquivista: a experiência do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. JARDIM, José Maria (org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói : EDUFF, 1999.